

# carta aberta ao novo reitor da universidade

" MAGNÍFICO REITOR:

É neste momento apresento a V. Ex.<sup>a</sup> uma comissão composta por membros da Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra, representantes das diferentes secções da mesma Associação e das direcções dos Organismos Autónomos.

Constituiu-se a presente comissão com o fim de dar a conhecer às Autoridades Académicas este texto, através do qual desejam os subscritores expor a vontade e o sentimento colectivos dos estudantes desta Universidade.

Não ignora ninguém a gravidade dos acontecimentos que no último ano lectivo, concretamente a partir de Fevereiro, se produziram nesta Academia. Para os estudantes em geral e até para a já desacreditada autonomia duma Universidade foi voxatória e nada dignificante a injustiça da situação que então se viveu e que se traduziu no atropelo violento dos direitos que a Academia desde há muito se habituou a considerar legitimamente seus inalienáveis. Tal situação tornou-se tanto mais injusta quanto era o ó certo que nenhuma estrutura associativa podia ser legitimamente acusada com qualquer um dos pretextos que o Governo então alegou para desoncar essa desenfreada repressão. Para os estudantes, quer em particular quer em geral, foram muito graves os prejuízos que daí resultaram, sendo correcto dizer-se que alguns deles são já irremediáveis.

Não pode, porém, deixar de ser notado que, entre todas as consequências perniciosas, algumas há cuja arbitrária manutenção lesa especialmente o interesse dos estudantes:

Magnífico Reitor:

Por tudo o que foi dito, os subscritores deste texto, com perfeita consciência de interpretarem a vontade colectiva dos estudantes de Coimbra, entendem ser seu dever afirmar a necessidade duma actuação urgente das Autoridades Académicas que conduza à normalização imediata da vida académica em Coimbra.

Porque todos os estudantes querem essa restituição à normalidade e a querem imediatamente, enunciam junto de V. Ex.<sup>a</sup> aquelas medidas que não poderão deixar de ser tomadas desde já sem ainda mais graves prejuízos:

1 - Que se proceda à abertura imediata das instalações da AAC com a paralela restituição de todo o material indevidamente retirado pelas polícias: medida que se impõe em primeiro lugar e, urgentemente, dado que se encontra formalmente paralizado o órgão máximo sindical dos estudantes, cuja importância é tanto maior quanto se trata da única estrutura associativa reconhecida de direito; para além disso, o seu encerramento continua a traduzir-se num não menos grave prejuízo que se concretiza na anulação de todo o importante e tradicional trabalho cultural e de prestação de serviços da Associação - o facto das suas secções não estarem a funcionar normalmente revela-se uma séria lacuna no plano da dinamização cultural e da promoção desportiva da nossa Academia.

2 - Que se ponha cobro a uma política discriminatória e absurda que se abate

sobre alguns Organismos Autónomos e secções da A.A.C., aliás, precisamente aqueles que maior número de colaboradores têm e que, qualitativa e quantitativamente, maior actividade têm desenvolvido em todo o país e no estrangeiro. Na verdade, os Organismos do teatro por um lado e as secções de ginástica e de judo por outro, encontram-se abusivamente impedidas de entrar na A.A.C. e, conseqüentemente, de levarem a cabo, com eficiência, entre outros, os seus trabalhos, respectivamente de ensaio e de práticas desportivas.

3 - Que seja imediatamente restabelecida a possibilidade de exercício dos direitos de reunião e informação dos estudantes. Mais concretamente, e para já, que lhes seja assegurada a possibilidade de realização imediata duma Assembleia Magna onde urge discutir e solucionar importantes problemas que intoleravelmente se arrastam desde há meses. Não se pode duvidar que um dos mais cruciais pontos que a presente repressão quis ferir foi esse dos direitos de reunião e informação dos estudantes. É singularmente sintomático que isso tenha acontecido ao mesmo tempo que se publicava um projecto de Reforma do Ensino, sobre o qual, dizia-se, interessava que houvesse discussão e sobre o qual, também se dizia, interessava particularmente ouvir testemunhos dos estudantes.

4 - a) Que se considere seriamente o verdadeiro significado que assume o processo da Direcção-Geral da A.A.C., e qual neste momento decorre no Tribunal Plenário do Porto. Ele é indiscutivelmente um atentado contra os direitos sindicais dos estudantes, nomeadamente contra o direito de informação, para além do que, reveste o carácter de medida genérica de intimidação aos dirigentes estudantis e às Associações de Estudantes, razão porque, dentro da Universidade deverá ser realizado todo o esforço tendente ao seu imediato cancelamento.

b) Que idêntico esforço se faça no respeitante ao próximo julgamento, também no Plenário do Porto, dos colegas Jorge Seabra, Fernanda Matous, Luís C. Januário, António Cunha e Luís Ramos.

c) Que a justiça da Universidade reconsidere, anulando-as, as punições de expulsão que tão infame e oportunisticamente veio aplicar aos colegas João Martins, Romão Cunha Reis e Domingos Lopes. Vergonhoso, com efeito, é assim desenterrar processos, arbitrários à nascença, e que a justa indignação colectiva dos estudantes soube fazer permanecer nas gavetas durante um ano.

5 - Que seja prestada toda a assistência possível aos estudantes presos. É isto exigido pelas deficientes condições prisionais e de tratamento em que eles se encontram e que já conduziram à tentativa de suicídio do colega Neta Barbosa. Mais concretamente, que se façam todos os esforços no sentido da sua libertação imediata."

Coimbra, Novembro de 1971

- a) Direcção-Geral da A.A.C.
- Direcção do T.N.U.C.
- Direcção do C.I.T.A.C.
- Direcção do C.E.L.U.C.
- Direcção do G.B.F.A.C.
- Conselho Desportivo da A.A.C.
- Conselho Cultural da A.A.C.
- Juntas de Delegados do Curso
- Direcção do C.H.U.C.